





1 arc

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2022 – PROCESSO Nº 230/2022 TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO – REGISTRO DE PREÇOS

Pregoeiro: Adriana Rodrigues Costa

Equipe de apoio: Bruno Arcoverde Cavalcante

Paulo Sérgio Rangel

Mauro Rodrigo Gilberto Carneiro

**O MUNICÍPIO DE BARBACENA**, inscrito no CNPJ sob o número 17.095.043/0001-09, com sede na Rua Silva Jardim, nº 340 — Bairro Boa Morte, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação para o registro de preços para futura e eventual contratação dos serviços, objeto informado na cláusula 2 deste Edital, cuja direção e julgamento serão realizados pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 23.058/2022, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação — INTERNET, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Municipal 4.239/2009, Decretos Municipais nº 7.660/2014 e 7.673/2014, e as condições deste instrumento convocatório.

Início do recebimento das propostas: 20/12/2022, às 14h
Fim do recebimento das propostas: 30/12/2022, às 15h 40

- Início do Pregão: 30/12/2022, às 16h

## LOCAL: https://bllcompras.com

- Formalização de Consultas: Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico via internet, no endereço https://bllcompras.com
- Referência de tempo: para todas as referências de tempo será utilizado o horário de Brasília/DF.
- Impugnação/Remessa de documentos e informações: https://bllcompras.com

## Compõem este Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

- Anexo 01 Descrição do objeto;
- Anexo 02 Relação de documentos exigidos para habilitação;
- Anexo 03 Modelo de declarações diversas;
- Anexo 04 Modelo de proposta comercial;
- Anexo 05 Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP/MEI;
- Anexo 06 Termo de Referência;
- Anexo 07 Minuta da Ata de Registro de Preços e Minuta do Contrato.

## 1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei 10.520/2002.







2 arc

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Município de BARBACENA/MG, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (https://bllcompras.com)

#### 2 - OBJETO

- 2.1 O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futuro e eventual fornecimento de refeições, o tipo marmitex, para atendimento das demandas da SESAP-Secretaria Municipal de Saúde Pública, e SEMOP Secretaria Municipal de Obras Públicas, conforme especificações contidas no **Anexo 01**, Minutas de Contrato e da Ata de Registro de Preços e demais anexos, partes integrantes deste edital.
  - 2.2 A licitação será na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço.
- 2.3 A Ata de Registros de Preços vigerá por um prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.
- 2.4 A existência de preços registrados não obriga o Município a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, hipótese em que o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 e art. 15º do Decreto Municipal nº 7660/2014.

## 3 – RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

- 3.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
- 10.305.0004.2.028 Manutenção da Vigilância Ambiental e Ações de Controle de Zoonoses
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 163 Fonte 255
- 10.304.0004.2.009 Mautenção da Vigilância Sanitária
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 135 Fonte 255
- 10.122.0006.2.022 Manutenção do Controle Social
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 718 Fonte 102
- 10.305.0004.2.034 Manutenção do Sistema De Imunização
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 165 Fonte 255
- 10.302.0003.2.642 Manutenção da Rede De Atenção Psicossocial RAPS
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 111 Fonte 255
- 10.302.0003.2.008 Manutenção do CEREST
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 55 Fonte 259
- 10.301.0002.2.025 Manutenção da Rede De Atenção Primária
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 32 Fonte 159
- 05.451.0017..031 Obras de Infraestrutura Urbana e Rural
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 299 Fonte 100
  - 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros PJ 299 Fonte 185

## 4 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

4.1 – O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação na licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

## 5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no país, desde que seu objetivo social seja







3 arc

compatível com o objeto licitado e atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

- 5.2 A Microempresa, MEI ou Empresa de Pequeno Porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006).
- 5.3 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.
- 5.3.1 Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (41) 3097-4600 até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do Pregão.
- 5.3.2 A participação no Pregão é de total responsabilidade do licitante e está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento, até o limite de horário previsto.
- 5.3.3 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.
- 5.5 A vencedora do certame será, obrigatoriamente, a fornecedora dos produtos registrados, sendo vedada a transferência e/ou subcontratação a qualquer título, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

#### 6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

## 6.1 – CONDUÇÃO DO CERTAME:

- 6.1.1 O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
  - a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
  - b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
  - c) abrir as propostas de preços;
  - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
  - e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
  - g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
  - h) declarar o vencedor;
  - i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
  - j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
  - k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- 6.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL
- 6.2.1 As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: https://bllcompras.com.
- 6.2.2 A licitante deverá manifestar, no campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.







arc

- 6.2.3 O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 6.2.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;
- 6.2.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 6.2.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;
- 6.2.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

## 6.3 – PARTICIPAÇÃO

- 6.3.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos
- 6.3.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 6.3.3 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (41) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br.
- 6.3.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## 6.4 – ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.4.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.
  - 6.4.2 Serão desclassificadas as propostas:
  - a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
  - b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam sua identificação.
- 6.4.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 6.4.4 O participante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote;
  - 6.4.4.1 O lance ofertado é irretratável e de inteira responsabilidade do licitante;
- 6.4.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.4.6 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 6.4.7 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção







5 arc

dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

- 6.4.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão;
- 6.4.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 30 (trinta) segundos a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO).
- 6.4.10 O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 6.4.11 O(A) Pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da melhor proposta ou lance de menor preço, imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 6.4.12 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também, nessa etapa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
- 6.4.13 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;
- 6.4.14 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

### 7 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 7.2 O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser feito por meio do sistema BLL, contendo as ESPECIFICAÇÕES, MARCA, MODELO (no que couber) e VALOR do produto ofertado. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações, marca e valor do produto neste campo implicará desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta;
- 7.3 Na hipótese do licitante Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será necessária a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica, sob pena do licitante enquadrado nessa situação não utilizar os benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.
  - 7.4 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Anexo 01;
- 7.5 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.
- 7.6 − O preço proposto será considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, produtos, transporte do produto e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.







6 arc

## 8 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO DO LOTE ÚNICO, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital;
- 8.2 O(A) Pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor preço;
- 8.3 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;
- 8.4 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## 9 – DOS CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

- 9.1 Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e Lei Municipal nº 4.239/2009, será procedido o seguinte:
- 9.2 A ME, EPP e MEI melhor classificada será convocada para apresentar a nova proposta após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, aplicando-se a regra aos demais licitantes que se enquadrarem na hipótese de ME EPP MEI;
- 9.3 Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior serão convocadas as remanescentes que se enquadrem como ME EPP MEI na ordem classificatória, para o exercício dos direitos trazidos pela Lei Complementar nº 123/06 e Lei Municipal nº 4.239/2009;
- 9.4 No caso de equivalência dos percentuais apresentados pelas ME, EPP e MEI, que se encontrem na situação descrita no item referente ao Empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a oferta;
- 9.5 O disposto nos itens anteriores somente se aplicará quando a melhor proposta, superada a fase de lances, não tiver sido apresentada por ME, EPP e MEI;
- 9.6 Neste momento, o pregoeiro verificando que há licitante na condição de ME EPP MEI, em caso positivo, indagá-la-á sobre a intenção do exercício das prerrogativas trazidas pela Lei Complementar n. 123/06 e Lei Municipal nº 4.239/2009;
- 9.7 A licitante devidamente enquadrada como ME, EPP e MEI, em conformidade com a Lei Complementar Nº 123/06, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, na forma do Decreto Federal 8.538/2015;
- 9.8 Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período, desde que solicitado, por escrito, pela licitante, a critério da Administração Pública.
- 9.9 A não regularização das pendências, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades impostas pela cláusula SANÇÕES do edital e Lei n. 8.666/93.

## 10 - PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO

- 10.1 A habilitação das proponentes será verificada por meio do SICAF, ou CRC emitido pelo Município de Barbacena, com certidões atualizadas, válidas e regulares, e nos documentos por eles abrangidos conforme <u>Anexo 02</u> a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, avaliada na forma da Lei 8.666/93.
- 10.1.1 Para os licitantes que não possuem os cadastros informados na cláusula 10.1, deverão ser apresentados, em sua integralidade, os documentos elencados no **Anexo 02** do Edital, com certidões atualizadas, válidas e regulares.
  - 10.1.2 O Registro no SICAF ou CRC deve ser anterior a realização do pregão.







7 arc

- 10.1.3 As ME, EPP e MEI deverão apresentar a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, na forma do art. 4º do Decreto Federal 8.538/2015.
- 10.1.3.1 <u>Serão aceitas certidões de regularidade negativas ou positivas com efeito de negativas.</u>
- 10.1.4 As certidões que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.
- 10.2 Os documentos relativos à habilitação deverão ser incluídos, previamente, em campos próprios na plataforma BLL, até o horário de cadastramento da proposta.
- 10.2.1 Deverão ser incluídos na seção "Outros Documentos" os documentos constantes do Anexo 1 deste edital que não possuírem campo para inserção em campo próprio da plataforma BLL.
- 10.3 A proposta escrita do licitante detentor do menor preço, devidamente ajustada com os preços finais após a etapa de lances, deverá ser encaminhada através de campo próprio na Plataforma da BLL (na seção "Documentos Complementares Pós-Disputa"), no prazo de 02 (duas) horas do encerramento dos lances, devidamente assinados.
- 10.3.1 O prazo previsto na cláusula 10.3 <u>será contado a partir da comunicação feita pelo pregoeiro, no campo de mensagens da plataforma BLL, notificando o encerramento da etapa de lances.</u>
- 10.3.1.1 O prazo previsto na cláusula 10.3 poderá ser prorrogado por igual período, a critério do(a) Pregoeiro(a), de ofício ou mediante requerimento devidamente fundamentado –, que comunicará sua decisão no campo de mensagens da plataforma eletrônica.
- 10.3.2 O Pregoeiro poderá solicitar, caso entenda necessário, o encaminhamento da documentação original ou em cópia autenticada, da empresa vencedora, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data da sessão pública virtual, para a Diretoria de Licitações Rua Baronesa Maria Rosa, 378, Bairro Boa Morte, CEP 36.201-002, Barbacena/MG, sem prejuízo da obrigatoriedade do envio dos documentos na forma dos itens 10.2 e 10.3,
- 10.3.3 O comprovante de postagem deverá ser enviado por e-mail (licitacao@barbacena.mg.gov.br) no mesmo dia da postagem, para fins de comprovação do cumprimento do prazo acima estabelecido.
- 10.4 As ME, EPP e MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documento comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que este apresentem alguma restrição.
- 10.4.1 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 4º do Decreto 8.538/2015, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou MEI for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 10.4.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(à) Pregoeiro(a).
- 10.4.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 10.4.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.
- 10.5 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e proposta dentro dos prazos acima estabelecidos, ou sua apresentação em desconformidade com o previsto, acarretará a







8 arc

desclassificação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula sanções deste Edital, podendo o(a) Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

- 10.6 Após a conferência dos documentos de habilitação e proposta readequada, caso estejam de acordo com o solicitado no Edital, será(ao) declarada(s) a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) lote(s), ocasião em que o Pregoeiro enviará mensagem, no sistema, informando a data e hora da abertura do prazo de Manifestação de Intenção de Recurso.
- 10.6.1 O Pregoeiro informará a data e hora previstas na cláusula 10.5 com antecedência mínima de 1 (uma) hora, sendo de inteira responsabilidade das licitantes acompanharem todos os atos na plataforma eletrônica.
- 10.6.2 O prazo estabelecido na plataforma eletrônica para manifestação de intenção de recurso é de 15 (quinze) minutos.
- 10.7 A Proposta de Preços escrita (<u>Anexo 04</u>), com a especificação completa conforme <u>Anexo 01</u> e com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual e/ou Municipal, endereço completo, número de telefone, número de agência e conta bancária, e deverá conter:
- a) Preço unitário e total do lote, em algarismos, em moeda corrente do país, estando nele inclusas despesas, impostos, taxas, frete e demais encargos;
- b) O prazo de validade que n\u00e3o poder\u00e1 ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais. Em caso de aus\u00e8ncia ou diverg\u00e9ncia desta informa\u00e7\u00e3o, prevalecer\u00e1 a estabelecida no edital.
- c) Especificação completa do produto oferecido, incluindo marca e modelo (no que couber),
   com as informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, no mínimo conforme descrito
   no Anexo 01, deste Edital;
  - d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;
- 10.8 Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o **MENOR PREÇO DO LOTE UNICO**;
- 10.9 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital.
- 10.10 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;
- 10.11 Serão rejeitadas as propostas que contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários; sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado; contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou sejam manifestamente inexequíveis, por decisão do(a) Pregoeiro(a);
- 10.12 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá o de menor valor.

## 11 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 11.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, qualquer pessoa que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que o viciaram, direta e PREFERENCIALMENTE na PLATAFORMA DA BLL (<a href="https://bllcompras.com">https://bllcompras.com</a>), ou pelo e-mail licitacao@barbacena.mg.gov.br
- 11.1.1 Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes da data de abertura da Sessão do Pregão.
- 11.2 A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.







9 arc

- 11.3 Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.
- 11.4 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.5 Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro que, não reconsiderando sua decisão, o fará subir ao Chefe do Executivo Municipal, devidamente informado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que deverá proferir sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 11.6 O recurso deverá ser apresentado no prazo estipulado neste edital, e deverá ser elaborado e inserido diretamente na PLATAFORMA DA BLL (https://bllcompras.com).
- 11.7 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.8 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, bem como a não apresentação das razões de recurso, importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora. Não será aceito o Recurso, cujas razões não estejam relacionadas àquelas manifestadas na intenção de recorrer.
- 11.9 O Recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10 Decididos os recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

## 12 – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- 12.1 A Contratada deverá entregar as refeições de forma parcelada, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 12.2 As refeições deverão ser entregues em dias corridos, para o almoço no horário de 11h às 13h, e jantar no horário de 17h às 19h, nas sedes do CAPS III, CAPS AD III, CAPS TM ou SESAP/SEMOP, nos seguintes endereços;
- 12.2.1 CAPS AD III e TM: Rua Ítalo Américo de Azevedo, nº 195, Bairro Vilela, Barbacena/MG.
  - 12.2.2 CAPS I: Praça Adriano de Oliveira (Praça da Estação), s/nº, Centro, Barbacena/MG.
  - 12.2.3 **SESAP:** Rua Baronesa Maria Rosa, nº 378, Boa Morte, Barbacena/MG.
  - 12.2.3.1 **SEMOP**: Rua Silva Jardim, 340, Boa Morte, Barbacena/MG.
- 12.3 Os endereços poderão ser modificados, sendo comunicados anteriormente e ocorrendo sempre dentro do perímetro urbano;
- 12.4 A quantidade diária será informada pelos gestores do contrato, em até 02 (dois) dias úteis anteriores, mediante mensagem de email ou outro meio digital ou físico permitido em lei, e deverá ser entregue conforme critérios de higiene e transporte adequado, no local, data e horário previamente indicados.

## 13 – RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

- 13.1 Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado:
- a) <u>Provisoriamente</u>, assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade, especificações, prazos e quantitativos; embalagem e identificação, no que couber; sem







10 arc

danos externos e no revestimento de proteção; e acondicionadas de forma apropriada a conservar a temperatura dos alimentos;

- 13.2 Definitivamente até 02 (dois) dias úteis, caso todas as condições acima sejam cumpridas.
- 13.3 O servidor responsável pelo recebimento e pela conferência dos produtos entregues assinará nota de recebimento, em duas vias, ficando uma no local da entrega e outra com o fornecedor.
- 13.4- Satisfeitas as exigências e condições previstas, as notas fiscais também serão assinadas (atesto) pela comissão de recebimento ou apenas pelo Gestor do Contrato, conforme o caso.
- 13.5 No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, o servidor responsável pelo recebimento terá autonomia para recusar parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa no qual se consignarão as desconformidades, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao Contratado.
- 13.6 As refeições entregues em desacordo deverão ser recolhidas e substituídas no prazo máximo de 01 (uma) hora, quando serão observadas a integridade, a higiene e a adequação da embalagem (todas elas novas e não reutilizáveis), de modo que os alimentos não mantenham contato direto com o ambiente, com papel, papelão ou outro tipo de material diverso da embalagem.
- 13.7 Qualquer irregularidade verificada será anotada em livro próprio de ocorrências e informada ao gestor do contrato e o prestador/fornecedor, este que terá a oportunidade de se retratar no prazo da cláusula anterior, sem penalidades, quando isso não comprometer a qualidade do fornecimento das refeições.
- 13.8 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas em contrato ou documentação correlata.

## 14 - PAGAMENTO E PREÇO

- 14.1 O preço máximo definido para o presente processo licitatório é de **R\$ 817.950,00** (oitocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta reais). O valor máximo aceitável por unidade encontra-se discriminado no **Anexo 01** deste edital.
- 14.2 SEMOP: O pagamento da despesa ocorrerá na forma da Lei, até 30 (trinta) dias úteis a cada comprovação do fornecimento, considerando a completa instrução dos processos de pagamento junto à Diretoria de Administração Financeira/Tesouraria da SEFAZ;
- 14.2.1 Os prazos são considerados após o recebimento de cada processo de pagamento devidamente aprovado pelo Agente de Controle Interno/SEFAZ
- 14.3– SESAP: O pagamento da despesa ocorrerá na forma da Lei, até 05 (cinco) dias úteis, mediante a prestação do serviços, conforme pedido de pagamento efetuado pelo gestor e após completa instrução do processo junto à Tesouraria do FMS
- 14.3.1 Os prazos são considerados após o recebimento de cada processo de pagamento devidamente conferido pela Chefia de Controle Interno do FMS;
- 14.4 A Contratada apresentará na Tesouraria da SEFAZ e Diretoria Financeira do FMS/SESAP os originais das certidões negativas de débitos junto à União (Certidão abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias e de Terceiros), Estado e Município, FGTS e CNDT (válidas e regulares).
- 14.5 O pagamento será efetuado com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de referência, devidamente conferida e atestada pela unidade responsável, mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário da licitante vencedora. Entende-se por domicílio bancário a identificação do Banco, agência e conta corrente a creditar, que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura.







11 arc

- 14.6 Caso ocorra, a qualquer tempo, irregularidade na emissão do documento fiscal ou a não aceitação de algum produto e/ou serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pelo Proponente Vencedor.
  - 14.7 Não será pago o serviço prestado em desacordo com as especificações deste Edital.

## 15 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão e fiscalização do Contrato/Ata de Registro de Preços serão realizadas pela Secretaria Municipal de Saude Pública, Centro de Atenção Psicossocial Alcool e Outras Drogas CAPS AD III, através do Sr. Vitor de Souza Moreira, e pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, através do Sr. Aristeu José Campos Machado, Chefe de Obras Públicas.
- 15.2 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e/ou prepostos fiscais.

## 16 – CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1 Após a homologação desta licitação, a empresa vencedora assinará a Ata de Registro de Preços e, se convocada, contrato com o Município de Barbacena, em que se incluirá as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 16.2 A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação, para assinatura da Ata de Registro de Preços e, se for o caso, do Contrato.
- 16.3 Ocorrendo o descumprimento do previsto no item anterior, o Município de Barbacena convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação.
- 16.4 A licitante deverá manter, durante toda a vigência do Contrato e Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a contratante imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 16.5 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, com eficácia legal a partir de seu extrato.
- 16.5.1 A vigência da ata de registro de preços para fins financeiros está vinculada ao exercício de 2022, ou seja, até 31 de dezembro de 2022, podendo ser substituída pelas dotações orçamentárias seguintes, em prol do interesse público;
- 16.6 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, e até 31/12/2022 para efeitos financeiros e fiscais.
- 16.7 A contratação com o Município de Barbacena fica condicionada à comprovação de quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Municipal, conforme disposto no art. 193 da Lei nº 5.172/1966.
- 16.8 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e, se for o caso, do Contrato, o Município de Barbacena emitirá Requisição de Empenho e Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviço, visando a execução do objeto licitado, de acordo com as suas necessidades.
- 16.9 A Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço e o pedido de empenho poderão ser cancelados pelo Município de Barbacena nas seguintes hipóteses:
- a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações.
- b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da contratante, após acordo entre as partes.
  - c) judicialmente, nos termos da legislação.







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

### 17 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

- 17.1 Os valores constantes do Contrato poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens, cabendo ao contratante promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666, de 1993.
- 17.1.1 As eventuais solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do competente contrato serão analisadas consoantes os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Nº 8.666/1993, fazendo-se acompanhar da comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a CONTRATADA poderá pleitear a revisão de preços, desde que devidamente fundamentada acompanhada de documentação que demonstre o impacto nos custos do contrato, com sua respectiva demonstração analítica.
- 17.1.2 Independentemente de solicitação feita pela CONTRATADA, o Gestor poderá, a qualquer momento, reduzir os preços contratados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no diário Oficial do Município de Barbacena.
- 17.1.3 A mera solicitação de revisão de preços e a mera alegação de ocorrência de álea econômica extracontratual por parte da empresa não configura subsídio jurídico-administrativo suficiente para sua concessão, pois, em alinhamento a decisões do Tribunal de Contras da União TCU sobre a matéria, faz-se imprescindível comprovação documental analítica nos autos que demonstre de forma inequívoca o fator gerador do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de modo que a não revisão impossibilitará a contratada de continuar a execução do ajuste.
- 17.2 Os preços revisados não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantidas as condições de pagamento fixadas neste Edital e no Contrato.

#### 18 - REAJUSTE

- 18.1 Os valores constantes do Contrato oriundo da presente licitação serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, expedido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, nos termos do art. 65, § 8º da Lei 8.666/93.
- 18.1.1 A periodicidade do Contrato será contada a partir da data limite para apresentação da proposta.
- 18.2 O reajuste ou correção monetária se dará de acordo com as disposições previstas nas Leis 10.192/2001 e 8.666/93, naquilo que não conflitarem.

## 19 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 19.1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salários dos empregados;
- 19.2 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das refeições fornecidas e suas entregas nas condições e prazos deste edital
- 19.3 Reparar, corrigir, remover, reconstituir no prazo acordado, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 19.4 Permitir e facilitar à fiscalização da contratante a inspeção do preparo das refeições, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- 19.5 Participar da fiscalização da contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos fornecimentos, no todo ou em parte, de acordo com cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação.







13 arc

- 19.6 Executar, os fornecimentos contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ANVISA/VISA, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pelo Município, quando assim se fizer necessário.
- 19.7 Respeitar e fazer respeitar, sob penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução de serviços em locais públicos.
- 19.8 Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade á fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.
- 19.9 Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação qualificação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 19.10 Arcar, quando necessários, com a mão de obra especializada em qualidade e quantidade necessária á perfeita execução dos fornecimentos, arcando com todos os custos de transporte em todo o território do Município.
- 19.11 Providenciar no prazo acordado a correção das deficiências, falhas ou irregularidades, referentes ao fornecimento, inclusive feriados ou finais de semana, sem ônus para o Município.
- 19.12 Sujeitar-se á aplicação das penalidades previstas em contrato, na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar os fornecimentos na forma e dentro do prazo estabelecido.
- 19.13 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- 19.14 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de segurança, medicina e higiene do trabalho.
- 19.15 Prestar os esclarecimentos e as orientações que forem solicitadas pelo Município e/ou pelos fiscais/gestores do contrato.
- 19.16 Deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização do contrato e da execução de seu objeto.
- 19.17 Fornecer à contratante documentos comprobatórios de registro de seus empregados utilizados nos fornecimentos do objeto desta contratação, quando solicitados;
- 19.18 Responsabilizar, direta ou indiretamente, sob quaisquer custos inerentes a matéria prima para produção dos alimentos, insumos, materiais, equipamentos, transporte, EPI's e mão de obra necessária para produção e entrega das refeições.

## 20 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1 Gerir e fiscalizar a execução do contrato;
- 20.2 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 20.3 Notificar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade encontrada por ocasião do fornecimento e na execução do contrato;
- 20.4 Informar à Autoridade Superior a ocorrência de fato irregular cometido pelo contratado;
  - 20.5 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e prazo estabelecidos.
- 20.6 Recusar, no todo ou em parte, a entrega dos fornecimentos que forem prestados em desacordo com as condições contratuais;
  - 20.7 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente.







14 arc

## 21 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;
- 21.2 Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
- 21.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 21.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 21.5 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade e independente do número de órgãos não participantes que aderirem:
- 21.5.1 ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, no caso de bens e serviços;
- 21.5.2 ao triplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, no caso de obras e serviços de engenharia;
- 21.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata;
- 21.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o princípio do contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador:
- 21.8 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços.

## 22 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 22.1 O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação nas seguintes hipóteses:
  - 22.1.1 Pelo Município quando:
- a) O fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- b) O fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o instrumento contratual decorrente do Registro de Preços;
- c) O fornecedor der causa à rescisão administrativa, de instrumento contratual decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e incisos da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores;
- d) O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) O fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- f) O fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/93, ou o art. 7º da Lei nº 10520/2002;
- g) Nos casos das letras "a, e, f" o cancelamento será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;







15 arc

- h) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.
- 22.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Precos.
- 22.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 22.3 A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 1 desta cláusula será feita por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento.
- 22.4 No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Barbacena, considerando-se cancelado o registro do fornecedor a partir do quinto dia útil, contado da publicação.
- 22.5 A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado o Município a aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 22.6 Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para a aquisição do objeto constante do registro de preços.

## 23 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1 A proponente que fornecer declaração falsa relativa aos cumprimentos dos requisitos de habilitação, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública do Município de Barbacena, pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei Federal 10.520/02), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 23.2 A inexecução total ou parcial do contrato ou instrumentos equivalentes, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções, conforme artigo 86 a 88 da Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores.
- a) A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para adoção das necessárias medidas corretivas, a fim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida e/ou qualquer instrumento equivalente, ou desatender às determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- b) A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total e parcial do contrato e/ou instrumento equivalente;
- c) A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato;
- d) A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir as faltas gravíssimas de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.
- 23.3 Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 02 (dois) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público







16 arc

- e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;
- 23.4 A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos da Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos:
- 23.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula é de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura de vistas.
- 23.6 Decorrido o prazo da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.
  - 23.7 A multa prevista nesta cláusula será:
- I de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- II de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma e o descumprimento dos prazos fixados para a entrega dos bens e materiais adquiridos, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, neste último caso, calculada sobre a parcela em atraso. O Município de Barbacena, após este prazo, aplicará cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e/ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente à parcela não executada;
- IV Na hipótese do previsto no item III anterior, se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá ser cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com os órgãos da Administração Municipal, por prazo legal, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 23.8 O valor correspondente a multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual e/ou instrumento equivalente;
- 23.9 Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato, caso tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da mesma.
- 23.10 Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, bem como, o valor das penalidades pecuniárias previstas nesta cláusula, deverá ser recolhido junto à Secretaria Municipal de Fazenda, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação, conforme estipulado nos incisos I, II e III do item 7 desta cláusula.
- 23.11 O não recolhimento da multa no prazo estipulado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.
- 23.12 As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a licitante vencedora da plena execução do contrato.
- 23.13 Se a licitante vencedora ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.
- 23.14 O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.







17 arc

## 24 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1 Poderá o Município de Barbacena revogar esta licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro mediante ato escrito e fundamentado. O Município de Barbacena poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 24.2 Independentemente de solicitação, o Município de Barbacena poderá convocar o Fornecedor, após a assinatura do contrato, para negociar o valor ofertado visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.
- 24.3 A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.
- 24.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 24.5 Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão, para a realização de diligências e marcará nova data para sua continuidade ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.
- 24.6 O Pregoeiro, se julgar necessário, poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de servidores da Administração Direta e/ou Indireta do Município de Barbacena, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar-se na decisão.
- 24.7 A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.8 O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
- 24.9 Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, de acordo com a legislação que regula a matéria;
- 24.10— Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 24.10.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 24.11 A Diretoria de Licitações responderá os pedidos de esclarecimentos formulados até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 24.12 Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pela mesma forma de que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a retificação não alterar a formulação das propostas;
- 24.13 Para solução de quaisquer questões porventura decorrentes deste Edital, o foro competente é o da Comarca de Barbacena MG, com exclusão de qualquer outro.
- 24.14 Os avisos de licitação serão publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e no Diário Eletrônico Oficial do Município de Barbacena e-DOB, <u>www.barbacena.mg.gov.br</u> e os demais atos licitatórios deverão ser acompanhados através da plataforma da BLL.

Barbacena, 20 de Dezembro de 2022.

Alysson Felipe de Vasconcelos

Responsável por Editais







MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

Página: 1 / 1



### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA

RELATORIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nr.: null/2022 - null

CNPJ: 17.095.043/0001-09

Telefone: (32) 3339-2017

230/2022

Rua Baronesa Maria Rosa, 378

Data do Processo:

Processo Administrativo:

02/12/2022

CEP: 36201-002 - Barbacena MG

## ANEXO I RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Espe <b>c</b> ifi <b>ca</b> ção	Preço Unitário	Preço Total
1	41.000,000	SV	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA PARA CONSUMO - Fornecimento de alimentação pronta para consumo, acondicionada em embalagens de isopor (Poliestireno expandido), formato redondo nº 102 (18,7 x 5,2), capacidade 900 ml, sem divisões, na cor branca, com tampa de pressão no mesmo marterial. A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 800 gramas dos alimentos preparados, composta de 150 gramas dos alimentos preparados, composta de 150 gramas de arroz branco tipo 1 ou arroz integral, cozido a vapor, ao ponto: 120 gramas de feijão preto, roxo ou carioca, bem cozido em grãos ou processado (batido); 140 gramas de macarrão ou massas com molho (tipos de massas; nhoque, spaguetti, pirogue, ravidii, panqueca recheada, lasanha ou equivalentes), devidamente cozido ou assado conforme receita específica; 120 gramas de guarnição (farofa, purê de batata, polenta, mandioca frita, refogado de legumes, batata assada, omelete, batata frita); 150 gramas de carne branca ou carne vermelha (ou no mínimo 225 gramas no caso de carnes com osso ou molho) - bovina: cozida, carne de panela em bifes frita ou assada, conforme receita; suina: preferencialmente assada ou em bifes, frita bem passada; avicula - frango, chester, peru ou equivalente, assada, cozida ou frita, conforme receita específica; piscicola, peixe ou frutos do mar, assado, frito ou cozido; 80 gramas de salada cozida e 40 gramas de salada crua e fresca** (alface, agrão, acelga, couve, espinafre, tomate, cenoura, beterraba, batata, brócolis, couve flor, abóbora, abobrinha, pepino, pimentão, cebola, devidamente preparados e processado, conforme receita específica). Sobremesa: 100 grs (salada de frutas com pelo menos quatro modalidades de frutas, doce em pasta ou em barra (leite, baurilha, chocolate, cidra, mamão, abóbora), gelatina) servida em recepiente descartável em recepiente aoroprado a parte). As refeições devem ser acompanhadas de kit de talheres descartável e (um) sachê de sal contendo 1 grama, acondicionados em embalagem plástica, transparente. **A	19,9500	817.950.00
				Total Geral:	







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

#### **ANEXO 02**

# DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2022 - PROCESSO Nº 230/2022

## HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 01 Documento de identificação, com foto, de todos os sócios ou administrador(es);
- 02 Inscrição do Ato Constitutivo e alterações, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício:
- 03 Cópia do CNPJ (Pessoa Jurídica);
- 04 Comprovante de inscrição estadual e/ou municipal relativo ao domicílio sede do licitante;

## REGULARIDADE FISCAL: na forma do art. 4º, do Decreto Federal 8.538/2015.

- 05 Certidão Negativa de Débito Estadual do domicílio sede do licitante;
- 06 Certidão Negativa de Débito Municipal do domicílio sede do licitante;
- 07 Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 08 Certidão de Regularidade de Situação junto ao FGTS, emitido pela CEF;
- 09 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista CNDT

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 10 Certidão Negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial expedida no domicílio sede do licitante:
- 11 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes e balanços provisórios, devidamente autenticados pela Junta Comercial da unidade federativa sede da empresa ou declaração de Imposto de Renda, se for optante pelo SIMPLES

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12- Alvará Sanitário vigente
- 13 Alvará de funcionamento vigente, emitido pelo órgão municipal competente.

## **DECLARAÇÕES DIVERSAS**

- 14 Declarações conforme modelo do Anexo 03.
- 15 Declarações conforme modelo do Anexo 05 (somente para ME, MEI e EPP).

## OBSERVAÇÕES:

1º - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

# ANEXO 03 MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

Ref: Pregão Eletrônico nº 122/2022 – Processo nº 230/2022

Empres	sa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio
	representante legal, o Sr portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA sob as penas da lei:
1)	QUE atende o disposto no art. 27,V da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;
2)	QUE inexiste fato impeditivo para a habilitação: que até a presente data inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3)	QUE tem conhecimento do instrumento convocatório e que recebeu todos os documentos e informações, que conhece e acata as condições para cumprimento das obrigações objeto da Licitação;
4)	QUE cumpre plenamente os requisitos de habilitação do edital, e assume total responsabilidade quanto à veracidade e exatidão dos documentos apresentados.
	Local e data
	(Nome- Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

OBS: A presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

# ANEXO 04 MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 122/2022 - Processo nº 230/2022

Objeto:

Razão social, CNPJ, Endereço completo, e-mail, Telefone/Fax:

Validade da proposta: (mín. 60 dias)

Lote / Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor unitário	Valor total
Unico		Unid.	[ Inserir a descrição completa conforme especificações constantes do Anexo 01]		

Local e data

Carimbo da empresa/ Assinatura do responsável

**OBS**: Declaramos que aceitamos e estamos de acordo com todas as condições, especificações, valores, quantidades e demais critérios estabelecidos neste edital.







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

## **ANEXO 05**

# MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(NOME I	DA EMPRESA)_				,	
CNPJ	Nº	,com	sede			
			_, (endereço	completo)	por intermédi	o de seu
•	tante legal, para de cabíveis, que	a fins do <b>Pregão Eletrô</b> :	nico nº 122/20	<b>)22</b> , DECLAI	RA expressame	nte, sob as
•	ıl, nos termos	rada como empresa de do art. 3º da Lei Com		•		
obrigator	riedade de decla	dos Artigos 42 a 45 d arar ocorrências posteri P do art. 3º da Lei Comp	ores impeditiva	as de tal ha		
					de	
		(assinatura do	representante	legal)		
Nome ou	ı carimbo do dec	clarante:				
		clarante:				
		de:				
		ra contato:				







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

## ANEXO 06 TERMO DE REFERÊNCIA



## SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO / AQUISIÇÃO MINUTA DO TR-TERMO DE REFERÊNCIA OU PB-PROJETO BÁSICO

CÓDIGO: RQ-SEPLAN-01 REVISÃO: 04 - INTRANET PÁGINA 1 DE (1 DATA DA REVISÃO: 21/08/20

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAN

OS CAMPOS ABAIXO SÃO	DE PREENCI	HIMENTO OBRIGATÓRIO D	O SOLICITANTE	1
Secretaria Solicitante	SESAF	e SEMOP		180 300
Responsável pelo Preenchimento do Docu	mento Getúl	io Costa Melo	**************************************	1 8 /2/
Tipo do documento	х	TR – Termo de referência	PB – Projeto Básico	1八や人。
				マッコールイ
Sr. Secretário Municipal de Planejame	ento e Gestã	0		1
Encaminho a solicitação de contrata	ıção/aquísiç	ão detalhada a seguir, cac	lastrada no	
sistema com o nº				

#### 1- OBJETO

Registro de preço visando a contratação de empresa para fornecimento futuro e eventual de refeições do tipo marmitex para atendimento das demandas da SESAP e SEMOP.

#### 2-JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 No âmbito da SESAP existem diversos setores que necessitam de refeições do tipo marmitex, como é o caso dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que realizam serviços de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial.
- 2.2 Ademais, diversos eventos públicos e atividades extravagantes são realizadas pela SESAP, como, por exemplo, apoios em eventos organizados pela Prefeitura e a sociedade civil organizada, bem como campanhas de saúde em prol da população;
- 2.4 Lado outro, em relação a SEMOP, a necessidade é para atender demandas oriundas de prestação de serviços executadas por colaboradores que atuam no serviço de apoio em obra, em casos excepcionais;
- 2.3 Neste sentido, uma vez que a necessidade quanto as refeições do tipo marmitex são eventuais e com quantitativo incerto, torna-se fundamental o Registro de Preço

#### 3-REQUISITOS

- 3.1- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
- 3.1.1- Alvará Sanitário.
- 3.1.2 Alvará de funcionamento emitido pelo órgão municipal competente.
- 3.2 A participação pressupõe a aptidão da empresa para a entrega do objeto na forma e quantidade previstas;
- 3.3 É vedada a transferência e/ou subcontratação a qualquer título do objeto deste Processo;

#### 4- CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO\*

- 4.1 Quando da entrega das refeições deverá ser observada a integridade, a higiene e a adequação da embalagem (todas elas novas e não reutilizáveis), de modo que os alimentos não mantenham contato direto com o ambiente, com papel, papelão ou outro tipo de material diverso da embalagem.
- 4.1.2 A participação neste processo implicará na aceitação de todas as condições estabelecidas, em especial ao cumprimento de prazos para entrega dos produtos em conformidade com as solicitações da SESAP e SEMOP.
- 4.2 Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:











## SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO / AQUISIÇÃO MINUTA DO TR-TERMO DE REFERÊNCIA OU PB-PROJETO BÁSICO

CÓDIGO: RQ-SEPLAN-01 REVISÃO: 04 - INTRANET PÁGINA 2 DE 6 DATA DA REVISÃO: 21/08/20

- 4.2.1 <u>Recebimento provisório:</u> no momento da entrega, se satisfeitas às seguintes condições:
- a) Devidamente embalados e identificados (no que couber);
- b) Nas quantidades corretas;
- c) Verificação da conformidade com as quantidades e especificações solicitadas;
- d) Sem danos externos (amassamento) e no revestimento de proteção;
- e) No prazo, horário e forma de entrega previstos;
- f) Acondicionadas apropriadamente de forma a conservar a temperatura dos alimentos.
- 4.2.2 <u>Recebimento Definitivo:</u> em até 02 (dois) dias úteis, caso todas as condições acima sejam cumpridas.
- 4.3 O servidor responsável pelo recebimento e pela conferência dos produtos entregues assinará nota de recebimento, em duas vias, ficando uma no local da entrega e outra com o fornecedor.
- 4.4- Satisfeitas as exigências e condições previstas, as notas fiscais também serão assinadas (atesto) pela comissão de recebimento ou apenas pelo Gestor do Contrato, conforme o caso.
- 4.5 No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, o servidor responsável pelo recebimento terá autonomia para recusar parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante termo correspondente (Termo de recusa), no qual se consignarão as desconformidades, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.
- 4.5.1 As refeições entregues em desacordo deverão ser recolhidas e substituídas no prazo máximo de 01 (uma) hora.
- 4.5.2 Qualquer irregularidade verificada será anotada em livro próprio de ocorrências e informada ao gestor do contrato e o prestador/fornecedor, este que terá a oportunidade de se retratar no prazo da cláusula anterior, sem penalidades, quando isso não comprometer a qualidade do fornecimento das refeições.
- 4.6 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas em contrato ou documentação correlata.

#### 5- CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1 A empresa deverá entregar as refeições no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), emitida segundo as rotinas de trabalho da Chefia de Compras do município.
- 5.2 A quantidade a ser entregue será informada pelo gestor do contrato, em até 02 (dois) dias úteis da data de entrega das refeições, mediante mensagem de email ou outro meio digital ou físico permitido em lei, e deverá ser entregue conforme critérios de higiene e transporte adequado, no local, data e horário previamente indicado.
- 5.3 As entregas das refeições, de responsabilidade do fornecedor, deverão ocorrer nas sedes do CAPS III, CAPS AD III, CAPS TD ou SESAP/SEMOP, conforme requerimento, sendo que todos os endereços são localizados na área urbana do Município de Barbacena;
- 5.3.1 CAPS AD III e TM: Rua Ítalo Américo de Azevedo, nº 195, Bairro Vilefa, Barbacena/MG;
  - 5.3.2 CAPS I: Praça Adriano de Oliveira (Praça da Estação), s/nº, Centro, Barbacena/MG;
  - 5.3.3 SESAP: Rua Baronesa Maria Rosa, nº 378, Boa Morte, Barbacena/MG.
  - 5.3.4 SEMOP: Rua Silva Jardim, 340, Boa Morte, Barbacena/MG
- 5.4 Os endereços da cláusula 5.3 poderão ser modificados, sendo comunicados anteriormente e ocorrendo sempre dentro do perímetro urbano;
- 5.5 O fornecedor deverá estar capacitado para realizar a logística de entrega dos marmitex para atender as principais refeições diárias, ou seja, almoço e jantar, conforme requerimentos do gestor do contrato.

## 6- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salários empregados;
- 6.2 Responsabilização integral pela qualidade das refeições fornecidas;
- 6.3 Reparar, corrigir, remover, reconstituir no prazo acordado, às suas expensas, no total ou em parte,





## BARBACENA PREFEITURA JUNTOS POR DLAS MALHORIS

25 arc

## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES



## SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO / AQUISIÇÃO MINUTA DO TR-TERMO DE REFERÊNCIA OU PB-PROJETO BÁSICO

CÓDIGO: RQ-SEPLAN-01 REVISÃO: 04 - INTRANET PÁGINA 3 DE 6 DATA DA REVISÃO: 21/08/20

o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabiveis;

- 6.4 Permitir e facilitar à fiscalização da contratante a inspeção do preparo das refeições, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- 6.5 Participar da fiscalização da contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos fornecimentos, no todo ou em parte, de acordo com cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação.
- 6.6 Executar, os fornecimentos contratados, obedecendo rígorosamente às normas da ANVISA/VISA, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pelo Município, quando assim se fizer necessário.
- 6.7 Respeitar e fazer respeitar, sob penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução de servicos em locais públicos.
- 6.8 Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade á fiscalização ou o acompanhamento pela Administração Pública.
- 6.9 Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação qualificação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.10 Arcar, quando necessários, com a mão de obra especializada em qualidade e quantidade necessária á perfeita execução dos fornecimentos, arcando com todos os custos de transporte em todo o território do Município.
- 6.11 Providenciar no prazo acordado a correção das deficiências, falhas ou irregularidades, referentes ao fornecimento, inclusive feriados ou finais de semana, sem ônus para o Município.
- 6.12 Sujeitar-se a aplicação das penalidades previstas em contrato, na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar os fornecimentos na forma e dentro do prazo estabelecido.
- 6.13 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- 6.14 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de segurança, medicina e higiene do trabalho.
- 6.15 Prestar os esclarecimentos e as orientações que forem solicitadas pelo Municipio e/ou pelos fiscais/gestores do contrato.
- 6.16 Deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização do contrato e da execução de seu objeto.
- 6.17 A empresa deverá fornecer à contratante documentos comprobatórios de registro de seus empregados utilizados nos fornecimentos do objeto desta contratação, se for o caso;
- 6.18 Responsabilizar, direta ou indiretamente, sob quaisquer custos inerentes a matéria prima para produção dos alimentos, insumos, materiais, equipamentos, transporte, EPI's e mão de obra necessária para produção e entrega das refeições.

#### 7- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 Gerir e fiscalizar a execução do contrato;
- 7.2 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 7.3 Notificar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade encontrada por ocasião do fornecimento e na execução do contrato;
- 7.4 Informar à Autoridade Superior a ocorrência de fato irregular cometido pelo contratado;
- 7.5 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e prazo estabelecidos.
- 7.6 Recusar, no todo ou em parte, a entrega dos fornecimentos que forem prestados em desacordo com as condições contratuais;
- 7.7 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente

## 8- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão ou a fiscalização do contrato serão realizadas, conforme abaixo:

Secretaria: SESAP











## SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO / AQUISIÇÃO MINUTA DO TR-TERMO DE REFERÊNCIA OU PB-PROJETO BÁSICO

CÓDIGO: RQ-SEPLAN-01 REVISÃO: 04 - INTRANET PÁGINA 4 DE 6 DATA DA REVISÃO: 21/08/20

Gestor: Victor de Souza Moreira

Função: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD III

Secretaria: SEMOP

Gestor: Aristeu José Campo Machado Função: Chefe de Obras Públicas

#### 9- VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 - A ata vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir de sua publicação.

9.2 - O(s) contrato(s) (e/ou devida Ata de Registro de Preços) somente poderá (ão) ser alterado(s) nos termos dos arts. 57 e 65, da Lei Federal n.º 8.666 / 93.

#### 10-PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

(Obrigatório apenas para obras ou serviços de engenharia)

#### 11-DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESPESA

#### SESAP

MANUTENÇÃO DO CEREST - 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros PJ (55) Fonte 259

MANUTENÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ~ 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros PJ (111) Fonte 255 ~ Resolução ES/MG 727/2021

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE IMUNIZAÇÃO - 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros PJ (165) Fonte 255 – Resolução SES MG 6985/2019

MANUTENÇÃO DA VIGILÁNCIA AMBIENTAL E AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES – 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros PJ (163) Fonte 255 – Resolução SES/MG 6962/2019

MANUTENÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA — 3.3.90.39 — Outros serviços de terceiros PJ (32) Fonte 255 — Resolução SES/MG 709/2020

MANUTENÇÃO DO CONTROLE SOCIAL - 3.3.90.39 Outros serviços de terceiros PJ (178) Fonte 102

MAUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÂRIA - 3,3.90.39 Outros serviços de terceiros PJ (135) Fonte 255 – Resolução SES/MG 7799 ~ 8387/2022

#### SEMOP

1.031 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

299 – 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ – 01.00.0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

299-3.3.90.39.00.00.00.00-O UTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ 01.85.0000 – RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Barbacena, 24 de novembro de 2022.

Atenciosamente,







Código: RQ-SEPLAN-01 vetoria

27 arc

## MUNICÍPIO DE BARBACENA - MG **DIRETORIA DE LICITAÇÕES**

AQUISIÇÃO MINUTA DO TR-TERMO DE PÁGINA 5 DE 6  REFERÊNCIA OU PB-PROJETO BÁSICO  REVISÃO: 04 - INTRANÉT V PÁGINA 5 DE 6  DATA DA REVISÃO: 21/08/26	//S/ Sistica
Assinaturas (nome por extenso, matricula e assinatura)	
Choice do Centro de Marional de Sonito	pri¢a
Victor de Souza Moreira (matrícula e assinatura) Requisitante e Gestor SESAP	
Data:/	
Arinos Brasil Duarte Filho (matricula, assinatura) Secretário Solicitante - SESAP	
Aristeu José Campos Machado (matríquia e assinatura)  Gestor SEMOP	
Data:	
Giovanni Anderson de Souza Cristo (matrícula, assinatura) Secretário Solicitante - SEMOP	

a Nertoria de Licitação

Em relação os item 5.4, entende se por horário de almaço aproximadamente entre 11 h as 13 h e horário de santa aproximadamente entre 17 h as 19h, em dias corridos

Getúlio Costa Melo Ordor de Logística - SESAP - PMB Matricula 283080/02







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES



## SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO / AQUISIÇÃO MINUTA DO TR-TERMO DE REFERÊNCIA OU PB-PROJETO BÁSICO

CÓDIGO: RQ-SEPLAN-01 REVISÃO: 04 - INTRANET PÁGINA 6 DE 6 DATA DA REVISÃO: 21/08/20

ANEXO 1 - DESCRITIVOS					
		QUANT	QUANT		
ITEM	DESCRITIVO	UNIDADE		SEMOP	
			SESAP	SEIVIOP	
	Fornecimento de alimentação pronta para consumo, acondicionada em embalagens de isopor (Poliestireno expandido), formato redondo nº 102				
1	(18,7 x 5,2), capacidade 900 ml, sem divisões, na cor branca, com tampa de pressão no mesmo marterial. A composição das refeições deverá ser variada, contendo o mínimo de 800 gramas dos alimentos preparados, composta de 150 gramas de arroz branco tipo 1 ou arroz integral, cozido a vapor, ao ponto; 120 gramas de feijão preto, roxo ou carioca, bem cozido em grãos ou processado (batido); 140 gramas de macarrão ou massas com molho (tipos de massas: nhoque, spaguetti, pirogue, ravióli, panqueca recheada, lasanha ou equivalentes), devidamente cozido ou assado conforme receita específica; 120 gramas de guarnição (farofa, purê de batata, polenta, mandioca frita, refogado de legumes, batata assada, omelete, batata frita); 150 gramas de carne branca ou carne vermelha (ou no mínimo 225 gramas no caso de carnes com osso ou molho) bovina: cozida, carne de panela em bifes frita ou assada, conforme receita; suína: preferencialmente assada ou em bifes, frita bem passada; avícula frango, chester, peru ou equivalente, assada, cozida ou frita, conforme receita específica; piscicola, peixe ou frutos do mar, assado, frito ou cozido; 80 gramas de salada cozida e 40 gramas de salada crua e fresca** (alface, agrião, acelga, couve, espinafre, tomate, cenoura, beterraba, batata, brócolis, couve flor, abóbora, abobrinha, pepino, pimentão, cebola, devidamente preparados e processado, conforme receita específica). Sobremesa: 100 grs (salada de frutas com pelo menos quatro modalidades de frutas, doce em pasta ou em barra (leite, baunilha, chocolate, cidra, mamão, abóbora), gelatina) servida em recepiente descartável em recepiente apropriado a parte). As refeições devem ser acompanhadas de kit de talheres descartáveis, contendo neste: 1 (uma) faca, 1 (um) garfo, 1 (uma) colher acompanhados de 1 (um) guardanapo descartável e 1(um) sachê de sal contendo 1 grama, acondicionados em embalagem plástica, transparente. **As saladas cruas deverão ser entregues em embalagens individualizadas (podendo estas ser de material plástico ou isopor)	UNI	40.000	1.000	







## MUNICÍPIO DE BARBACENA – MG DIRETORIA DE LICITAÇÕES

## **ANEXO 07**

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E MINUTA DO CONTRATO